

PRODUTO EDUCACIONAL

PARTICIPAÇÃO DISCENTE NOS CONSELHOS DO IFG COMO PROCESSO FORMATIVO:

**OFICINA PEDAGÓGICA SOBRE ESTRUTURA
INSTITUCIONAL DE GESTÃO**



FERNANDA ELINE DE OLIVEIRA

WANDERLEY AZEVEDO DE BRITO

2021

FICHA TÉCNICA

INSTITUIÇÃO E PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) – Câmpus Anápolis

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO, LINHA DE PESQUISA E ORIENTAÇÃO

Área de Concentração: Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Orientador: Prof. Dr. Wanderley Azevedo de Brito

PRODUTO EDUCACIONAL

Produto Educacional vinculado à Dissertação “Representação estudantil em órgãos colegiados: práticas educativas no Conselho Superior do IFG”

Edição, revisão e diagramação de texto: Fernanda Eline de Oliveira e Wanderley Azevedo de Brito

Disponibilidade: Irrestrita, com proibição do uso comercial e preservação dos direitos autorais

Divulgação: em formato digital

CAPA

Ilustração: Guilherme Hiroki Tsujii

1ª edição – E-book – dezembro, 2020

ISBN: 978-65-00-17543-1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

	OLIVEIRA, Fernanda Eline de
O48p	Participação discente nos conselhos do IFG como processo formativo: oficina pedagógica sobre a estrutura institucional de gestão. / Fernanda Eline de Oliveira, Wanderley Azevedo de Brito -- Anápolis: IFG, 2021. 26 p. : il. color. ISBN: 978-65-00-17543-1 Produto Técnico/Tecnológico (Mestrado) – IFG – Câmpus Anápolis, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, 2021. 1. Participação discente – Conselhos do IFG. 2. Processo formativo. 3. Oficina pedagógica. 4. Educação. I. BRITO, Wanderley Azevedo de. II. Título.
	CDD 370.7

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input checked="" type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo | |

Nome Completo do Autor: Fernanda Eline de Oliveira

Matrícula: 20182060150130

Título do Trabalho: Participação discente nos conselhos do IFG como processo formativo: oficina pedagógica sobre a estrutura institucional de gestão.

Autorização - Marque uma das opções

- Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
- Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ___/___/_____ (Embargo);
- Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

- O documento está sujeito a registro de patente.
 O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
 Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Anápolis, 12/02/2021.

Fernanda Eline de Oliveira

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

APRESENTAÇÃO

O trabalho “Participação discente nos Conselhos do IFG como processo formativo: oficina pedagógica sobre a estrutura institucional de gestão” é um Produto Educacional desenvolvido como parte da pesquisa de Dissertação de Mestrado intitulada “Representação estudantil em órgãos colegiados: práticas educativas no Conselho Superior do IFG”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) – Câmpus Anápolis.

Como parte dos requisitos obrigatórios de pesquisas de Pós-Graduação *stricto sensu* na modalidade Profissional, o Produto Educacional foi organizado no formato de Oficina Pedagógica e resulta de uma proposta de intervenção no ambiente pesquisado, sobretudo com pessoas que atuaram ou atuam como representantes estudantis no Conselho Superior do IFG (Consup).

No campo da educação, as oficinas pedagógicas constituem uma estratégia metodológica de estudo teórico-prático coletivo, com etapas para reflexão e formação dos sujeitos envolvidos. Organizadas a partir da definição de objetivos e critérios metodológicos e avaliativos, as oficinas pedagógicas podem ser desenvolvidas considerando determinados temas que emergem das demandas e repertórios dos diversos sujeitos que integram os processos educativos formais ou não formais e da realidade de cada instituição.

Esperamos que este Produto Educacional seja fonte de inspiração para o desenvolvimento de diversas estratégias metodológicas de processos formativos, com o objetivo de estimular a participação de estudantes em instâncias colegiadas consultivas e deliberativas de instituições educacionais.

Anápolis, dezembro de 2020.

Fernanda Eline de Oliveira
Wanderley Azevedo de Brito

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
1. OFICINA PEDAGÓGICA: ESTRATÉGIA METODOLÓGICA FORMATIVA	08
1.1. PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS PEDAGÓGICAS	09
1.1.1 Planejamento e ações norteadoras de uma oficina pedagógica	10
1.1.2 Desenvolvimento de uma oficina pedagógica e fases de execução	12
1.1.3 Avaliação da oficina pedagógica	12
1.2. OBJETIVOS DA OFICINA PEDAGÓGICA SOBRE PARTICIPAÇÃO DISCENTE NOS CONSELHOS DO IFG	12
1.3. EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO DA OFICINA PEDAGÓGICA NO IFG	13
2. METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DA OFICINA PEDAGÓGICA	15
2.1. EXECUÇÃO DA OFICINA	16
3. AVALIAÇÃO DA OFICINA PEDAGÓGICA: PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	26

INTRODUÇÃO

Os sistemas educativos são constituídos por comunidades que integram diferentes segmentos sociais, com múltiplos interesses e que, por esta razão, dividem e compartilham responsabilidades em prol do desenvolvimento de cada sujeito em particular, dos variados grupos sociais e da própria instituição educacional. A concepção de gestão participativa em instituições de educação requer a criação de espaços colegiados que possibilitem ações de participação, colaboração e consulta, de modo a contemplar as demandas dos diferentes segmentos sociais integrantes de cada comunidade.

O sentido integrado das comunidades educativas reflete a coexistência de diferentes segmentos como trabalhadores da educação e estudantes, com reivindicações pelo direito de participação no funcionamento de cada instituição educacional. Tal realidade faz emergir conflitos de interesse e de poder entre esses grupos. Nessa linha interpretativa, consideramos que é pela oportunidade de participação que os estudantes podem desenvolver a consciência de seu papel na instituição e na sociedade como um todo.

A participação, portanto, tem uma dimensão pedagógica, considerando que a prática de participar em si já é um processo formativo, além de ter uma dimensão política:

Pela participação, a escola se transforma numa oficina de democracia, organizando-se como instituição cujos membros se tornam conscientes de seu papel social na construção de uma instituição verdadeiramente educacional. [...] Cria-se, por conseguinte, uma cultura de poder compartilhado, desenvolvendo-se a prática da cidadania no interior da escola. Como resultado dessa prática, portanto, constrói-se a autonomia e o empoderamento pelo alargamento da consciência social e pelo desenvolvimento de competências sociais (LÜCK, 2011, p. 66-67).

Considerando que a pesquisa e o conhecimento desenvolvidos no Mestrado Profissional devem ser direcionados para a prática, para o aprimoramento das ações e dos espaços educativos, e considerando, ainda, que uma das razões para a escolha do tema deste estudo foi a observação, por parte da pesquisadora e de seu orientador, de como os estudantes que atuavam como conselheiros no Conselho Superior (Consup) do Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia de Goiás (IFG), nos últimos anos, participavam pouco durante as reuniões, planejou-se que o Produto Educacional decorrente dessa pesquisa pudesse contribuir para haver mais efetivação dessa participação.

Propusemos, assim, uma Oficina para os estudantes do IFG, atuais conselheiros do Consup, com possibilidade de participação também dos conselheiros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Conepex) e dos conselhos departamentais dos diversos câmpus do IFG, visando ampliar o conhecimento sobre o funcionamento da Instituição, dos conselhos institucionais e da importância da representação estudantil em órgãos colegiados.

Objetiva-se que a Oficina seja replicada a cada nova composição dos conselhos, bienalmente, para que os estudantes interessados em atuarem como conselheiros tenham à sua disposição a oportunidade de conhecer as características da gestão, assim como as formas de intervenção nela, aprimorando sua capacidade de atuar como representantes discentes.

Esse tipo de atividade pressupõe uma metodologia de trabalho que envolve troca de saberes e leva a uma formação coletiva. Sua execução pretende-se participativa e reflexiva, sem que seus condutores (palestrante, seminarista, professor) estejam no centro do processo, como explica Candau (1999):

A atividade, a participação, a socialização da palavra, a vivência de situações concretas através de sóciodramas, a análise de acontecimentos, a leitura e discussão de textos, a realização de vídeodebates, o trabalho com diferentes expressões da cultura popular etc., são elementos presentes na dinâmica das oficinas. O desenvolvimento das oficinas, em geral, se dá através dos seguintes momentos básicos: aproximação da realidade/sensibilização, aprofundamento/reflexão, construção coletiva e conclusão/compromisso. Para cada um desses momentos é necessário prever uma dinâmica adequada para cada situação específica, tendo-se sempre presente a experiência de vida dos sujeitos envolvidos no processo educativo (CANDAU, 1999, p. 11-12).

Assim, a principal característica da oficina pedagógica é ser um espaço onde se aprende fazendo, refletindo e dialogando sobre a realidade a ser compreendida, conforme explicam Figueiredo *et al*, (2006, p. 5):

Esse tipo de metodologia promove a ação coletiva, e potencializa o espírito crítico e participativo. Possibilita condições para uma maior interação entre participantes da comunidade atendida [...]. Com efeito, as

crianças e adolescentes envolvidos nas oficinas são aprendizes de um processo que emancipa, torna-os sujeitos ativos na construção de uma democracia participativa, fortalecendo o protagonismo infanto-juvenil. Nessa relação de construção de uma metodologia dialética, o educador se percebe aprendiz e implementa uma nova metodologia que respeita as crianças e os adolescentes enquanto seres peculiares em desenvolvimento e sujeitos de direitos.

Pretende-se promover, nesta proposta de Produto, momentos em que os estudantes (conselheiros representantes dos discentes nos diversos conselhos) possam entrar em contato com a estrutura da gestão institucional do IFG, com seus documentos basilares (Estatuto, Regimento Geral, Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, Projeto Político Pedagógico Institucional – PPPI), assim como com o fluxo de seus documentos normativos (resoluções e portarias normativas). Além disso, objetiva-se promover o debate sobre o papel da representação discente na política institucional e no processo formativo dos estudantes. Para isso, o espaço da Oficina convém para a troca de experiências e soluções de dúvidas. Assim, servidores e discentes, que já atuaram efetivamente como conselheiros, são os indicados para conduzir as atividades da Oficina.

1. OFICINA PEDAGÓGICA: ESTRATÉGIA METODOLÓGICA FORMATIVA

Oficina Pedagógica é uma estratégia metodológica baseada na construção coletiva e interdisciplinar do conhecimento, cuja ação é voltada para atender a uma necessidade e a uma temática específica de um contexto educativo, que pode ser planejada para acontecer em espaços presenciais ou virtuais em um tempo determinado. Segundo Paviani e Fontana (2009, p. 78), a

oficina pedagógica atende, basicamente, a duas finalidades: (a) articulação de conceitos, pressupostos e noções com ações concretas, vivenciadas pelo participante ou aprendiz; e b) vivência e execução de tarefas em equipe, isto é, apropriação ou construção coletiva de saberes.

Com enfoque pedagógico interdisciplinar, como resposta à necessidade de agir sobre um contexto pedagógico, os sujeitos envolvidos nas atividades da Oficina Pedagógica assumem uma ação dialógica e trocam experiências no processo participativo de construção do conhecimento. Nesse sentido, a Oficina Pedagógica é uma estratégia metodológica que prevê reuniões de trabalho com temáticas e objetivos específicos, que visam propiciar a construção do conhecimento.

Acrescenta-se que a Oficina Pedagógica apresenta uma perspectiva horizontal de organização do trabalho, já que pode integrar pessoas e especialistas com diferentes níveis de conhecimentos (teóricos e práticos), que têm a oportunidade de, por meio de espaços cooperativos, trocar experiências e construir conhecimentos sobre determinados assuntos. Paviani e Fontana (2009, p. 7) sustentam ainda que a

articulação entre teoria e prática é sempre um desafio, não apenas na área da educação. Entre pensar e fazer algo, há uma grande distância que, no entanto, pode ser vencida. Um dos caminhos possíveis para a superação dessa situação é a construção de estratégias de integração entre pressupostos teóricos e práticas, o que, fundamentalmente, caracteriza as oficinas pedagógicas.

Desse modo, planejamento, coordenação e avaliação devem ser partes integrantes das oficinas pedagógicas que, por meio de metodologias dinâmicas, participativas e formativas, podem permitir a unidade teoria-prática, de modo a

favorecer a sistematização, a reflexão e a integração de conhecimentos, bem como o desenvolvimento individual e coletivo dos participantes das atividades.

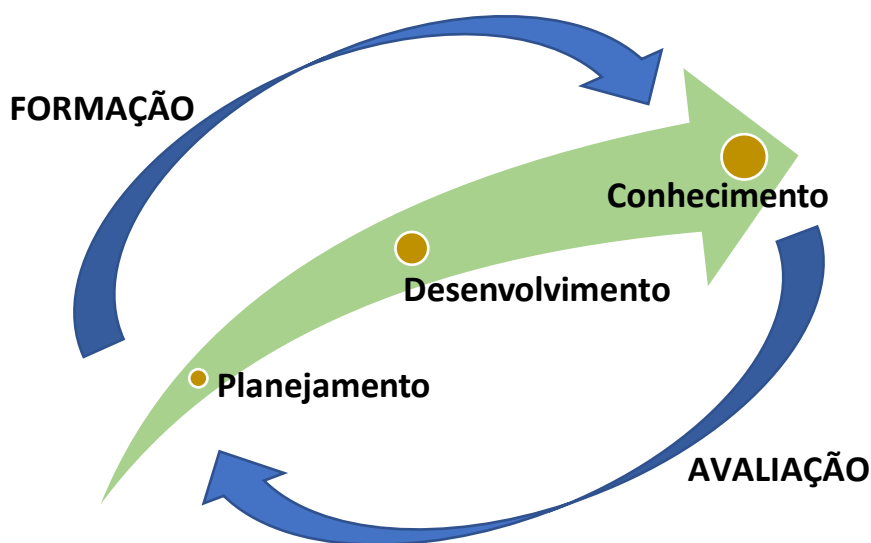
A oficina, como qualquer ação pedagógica, pressupõe planejamento, mas é na execução que ela assume características diferenciadas das abordagens centradas no professor e no conhecimento racional apenas. O planejamento prévio caracteriza-se por ser flexível, ajustando-se às situações-problema apresentadas pelos participantes, a partir de seus contextos reais de trabalho (PAVIANI; FONTANA, 2009, p. 79).

Como estratégia metodológica a Oficina Pedagógica busca propiciar a construção do conhecimento, por meio da integração ou relação teoria-prática, a partir da vivência dos sujeitos envolvidos nas atividades, possibilitando-lhes a troca de experiências e a reflexão, como síntese do pensar e do fazer em um determinado contexto.

1.1. PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS PEDAGÓGICAS

As oficinas pedagógicas constituem estratégias metodológicas que podem contribuir tanto para atividades de educação formal, quanto não formal. O êxito dessa modalidade de formação requer um cuidadoso planejamento, com organização e desenvolvimento de atividades em diferentes etapas.

Figura 1: Processo de organização de Oficina Pedagógica



Fonte: os autores, 2020

A etapa de planejamento parte da escolha do tema e segue com a previsão de outras ações e estratégias importantes para o desenvolvimento de oficina pedagógica.

1.1.1 Planejamento e ações norteadoras de uma oficina pedagógica

Na etapa do planejamento de uma oficina pedagógica, é importante ter em vista as seguintes ações norteadoras:

- a. escolha do tema;
- b. seleção do público-alvo e do número de participantes;
- c. definição do local, da data e da carga horária;
- d. descrição dos objetivos gerais e específicos;
- e. decisão sobre a operacionalização quanto ao perfil do coordenador, dos palestrantes, mediadores e participantes;
- f. observação às normas e aos procedimentos éticos das instituições envolvidas;
- g. comunicação: ofícios e memorandos de requerimentos às instituições, convite aos palestrantes e aos participantes;
- h. solicitação de autorização formal aos pais ou responsáveis, nos casos de participantes menores de idade (quando for o caso);
- i. seleção, organização e/ou criação dos materiais e insumos a serem utilizados na oficina (textos, documentos, vídeos, formulários de inscrição e de avaliação, outros);
- j. definição do referencial teórico para subsidiar o desenvolvimento da oficina;
- k. escolha das estratégias metodológicas para organização, desenvolvimento e avaliação das atividades de funcionamento da oficina pedagógica:
 - palestras;
 - dinâmicas em grupo;
 - discussões mediadas;
 - grupos de estudo;
 - estudo de caso.

- l. planejamento dos recursos tecnológicos e dos equipamentos necessários para a realização da oficina;
- m. organização do cronograma, com etapas e atividades da oficina;
- n. envio dos convites aos palestrantes e oficinairos;
- o. descrição dos meios da divulgação da oficina aos participantes:
 - cartaz impresso;
 - folder digital;
 - sites, blogs, redes sociais, e-mail;
 - outros meios.
- p. definição dos critérios e dos instrumentos de avaliação de oficina pedagógica.

1.1.2 Desenvolvimento de uma oficina pedagógica e fases de execução

Para o desenvolvimento de uma oficina pedagógica, são previstas as seguintes fases de execução:

- a. atenção à lista das atividades, materiais e ações para o desenvolvimento da oficina;
- b. envio ou disponibilização dos materiais com antecedência;
- c. recepção e acolhida dos participantes;
- d. apresentação dos participantes;
- e. reaviso aos participantes sobre o roteiro, a metodologia, o tempo previsto e os critérios de avaliação da oficina;
- f. justificativa do tema e apresentação dos objetivos da oficina;
- g. realização da oficina, conforme planejamento das etapas e roteiro das estratégias metodológicas e atividades;
- h. envolvimento dos participantes da oficina, a partir das estratégias metodológicas planejadas;
- i. relação teoria-prática e socialização dos conhecimentos e das experiências dos participantes;
- j. síntese da oficina como processo formativo;

- k. considerações finais;
- l. agradecimentos.

1.1.3 Avaliação da oficina pedagógica

Na etapa de avaliação da oficina pedagógica, após sua execução, para ser considerada nas próximas oportunidades de execução, recomenda-se:

- a. avaliação por parte dos participantes da oficina pedagógica, a partir dos critérios estabelecidos *à priori*;
- b. acolhida das sugestões dos participantes para aperfeiçoamento da oficina;
- c. realização da meta-avaliação como critério para qualificar o processo de autoavaliação e aperfeiçoar o projeto de oficina pedagógica, a partir dos resultados da avaliação.

É fundamental aos organizadores de oficinas pedagógicas, a partir da experiência e da avaliação feita pelos participantes, identificar e refletir sobre questões relacionadas aos objetivos e às estratégias metodológicas das atividades desenvolvidas, com vistas a alcançar melhorias do processo formativo.

1.2. OBJETIVOS DA OFICINA PEDAGÓGICA SOBRE PARTICIPAÇÃO DISCENTE NOS CONSELHOS DO IFG

O objetivo geral da Oficina Pedagógica sobre participação discente nos conselhos do IFG é contribuir para que os discentes reflitam sobre sua representação no Consup (e demais órgãos colegiados) com mais ciência de seu papel e mais compreensão sobre a estrutura da Instituição. Assim, a Oficina pretende contribuir não somente para a efetivação de uma gestão democrática e participativa, como também para a formação da consciência política emancipatória dos estudantes.

Entre os objetivos específicos da Oficina, pretendemos proporcionar aos estudantes participantes oportunidade de:

- a) conhecer a estrutura organizacional do IFG (gestão e seus setores);
- b) conhecer os documentos basilares e normativos da Instituição (Estatuto, Regimento Geral, PDI, PPPI, Relatório de Gestão, resoluções, portarias) e os trâmites de construção desses documentos;
- c) compreender a estrutura e o funcionamento dos conselhos consultivos e deliberativos (Conselho Departamental, Conselho de Câmpus, Conepex, Consup) do IFG;
- d) debater sobre a participação e a representação discente no IFG (noções de gestão democrática, importância e formas de participação, aprendizagem nos espaços colegiados, participação efetiva);
- e) construir novas propostas para efetivação da participação estudantil, a serem apresentadas à Instituição.

1.3 EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO DA OFICINA PEDAGÓGICA NO IFG

Na primeira experiência de execução deste projeto de Oficina Pedagógica, desenvolvida em outubro de 2020, além da pesquisadora e de seu orientador, para conduzirem as atividades da Oficina, de forma voluntária, foram convidados ex-conselheiros do Consup que, de acordo com a análise das atas de reuniões do período de 2010 a 2019, tiveram participação efetiva no Conselho, entre discentes, docentes e técnicos administrativos. Aceitaram o convite para contribuir com a condução da Oficina, voluntariamente, dois estudantes egressos, três servidores técnico-administrativos, e uma servidora discente, formando o quadro de ministrantes a seguir:

Quadro 1. Organização da Oficina Pedagógica

Ministrantes:	Representação	Experiência nos conselhos do IFG
Ministrante 1	Técnico-Administrativo	Membro do Consup de 2015 a 2017; membro do Conselho de Câmpus do Câmpus Cidade de Goiás.
Ministrante 2	Técnico-Administrativo	Membro do Consup de 2015 a 2017, membro do Conselho de Câmpus do Câmpus Inhumas de 2018 a 2020.
Ministrante 3	Docente	Membro do Conselho de Câmpus do Câmpus Anápolis de 2016 a 2017; membro do Conselho Departamental do Câmpus Anápolis de 2012 a 2013; membro do Consup de 2017 a 2019.

Ministrante 4	Técnico-Administrativo	Secretário do Conselho Editorial da Editora IFG de 2012 a 2014; membro do Conepex de 2012 a 2014; membro do Consup de 2018-atual (reeleveu-se para o mandato iniciado em 2020).
Ministrante 5 (Estudante 4)	Discente	Membro do Consup de 2012 a 2013.
Ministrante 6 (Estudante 1)	Discente	Membro do Conselho Departamental do Câmpus Jataí de 2008 a 2010; membro do Consup de 2010 a 2012.

Fonte: os autores – 2020.

Para essa edição, foram convidados os atuais conselheiros titulares e suplentes do Consup, do Conepex, dos conselhos departamentais dos câmpus do IFG, além de alguns representantes de turma. Ressaltamos que foram convidados, via e-mail, os 12 conselheiros do Consup (6 titulares e 6 suplentes), os 10 conselheiros do Conepex (6 titulares e 4 suplentes), e, ainda, cerca de 80 conselheiros dos diversos conselhos departamentais dos 14 câmpus do IFG.

2. METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DA OFICINA PEDAGÓGICA

Considerando a situação de Pandemia decretada pela Organização Mundial de Saúde neste ano de 2020, que resultou em situação de suspensão das aulas presenciais, trazendo a necessidade de que as atividades escolares passassem a ser realizadas de forma remota, o Projeto de Oficina foi adaptado para atender à demanda dessa nova realidade. Dessa forma, a Oficina ocorreu virtualmente, por meio de plataforma digital. A edição da Oficina Pedagógica foi planejada para ocorrer em uma etapa, sendo um encontro virtual de aproximadamente 4 horas, via plataforma Google Meet, no dia 16 de outubro de 2020.

Quadro 2: Programação da Oficina Pedagógica

Oficina: Participação discente nos Conselhos do IFG como processo formativo – 16 de outubro de 2020		
Tema da Atividade	Ministrantes	Horário
Apresentação/breve resumo da pesquisa de mestrado.	Pesquisadora	14h
Estrutura organizacional do IFG (gestão/setores); Documentos basilares e normativos do IFG (Estatuto, Regimento Geral, PDI, PPPI, Relatório de Gestão, Resoluções, Portarias) e os trâmites de construção desses documentos.	Ministrante 1; Ministrante 2.	14h30
Estrutura e funcionamento dos conselhos consultivos e deliberativos do IFG (Conselho Departamental, Concâmpus, Conepex, Consup).	Ministrante 3; Ministrante 4.	15h30
Participação e representação discente no IFG (noções de gestão democrática, importância e formas de participação, aprendizagem nos espaços colegiados, participação efetiva).	Ministrante 5 (Estudante 4); Ministrante 6 (Estudante 1).	16h30
Perguntas aos ministrantes; considerações finais	Conselheiros participantes; Orientador.	17h30

Fonte: os autores, 2020.

O processo de acesso aos estudantes do IFG que são membros dos diversos conselhos institucionais mostrou-se dificultoso no sentido de encontrarmos interesse e disponibilidade por parte deles. Dos cerca de 100 estudantes convidados, recebemos respostas de confirmação de participação de

24. Desses 24 confirmados, apenas 13 estiveram presentes na sala virtual da Oficina, sendo: 3 membros do Consup, 3 membros do Conepex, 5 membros de conselhos departamentais de câmpus e 2 membros de um conselho de representantes de turma.

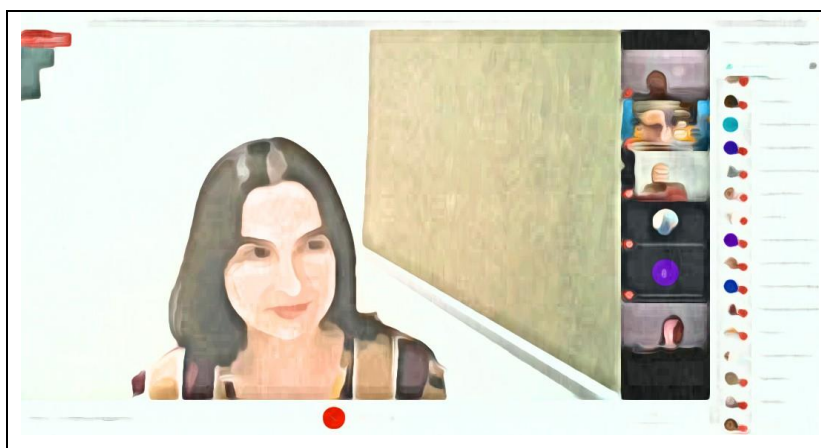
Entre as justificativas de alguns dos estudantes convidados que não puderam participar, recebemos relatos de que estavam com excesso de atividades acadêmicas e laborais nesse período. Ressalta-se que a circunstância vivenciada neste momento de pandemia (Covid-19) e isolamento social é atípica e muitas pessoas estão trabalhando e estudando em suas casas, muitas vezes sobrepondo esses afazeres com as demandas domésticas e familiares, ao mesmo tempo e no mesmo espaço, tornando-se, portanto, compreensível a dificuldade de acompanhar todas as atividades extracurriculares ofertadas. A mesma lógica pode ser aplicada na compreensão à justificativa de outros ex-conselheiros que foram convidados para ministrarem a Oficina, sobretudo os docentes, que lidam com a novidade do ensino remoto emergencial.

2.1 EXECUÇÃO DA OFICINA

A Oficina teve início com a acolhida dos participantes da atividade na sala virtual do Google Meet. Na sequência, os coordenadores da Oficina apresentaram o roteiro e as estratégias metodológicas das atividades, além do tempo previsto para cada etapa.

Em atendimento ao planejamento da Oficina, a pesquisadora e coordenadora do evento explicou sobre o tema e os objetivos da atividade. Na sequência, ela fez uma breve apresentação da justificativa do percurso da pesquisa que levou ao desenvolvimento deste Produto Educacional. Apoiando-se no referencial teórico que fundamenta a sua pesquisa, a coordenadora também compartilhou alguns dados levantados na pesquisa documental e nas entrevistas com os ex-conselheiros, como o percentual de participação de discentes por câmpus durante o período analisado (2010-2019) e alguns trechos importantes das falas coletadas durante as entrevistas com os ex-conselheiros.

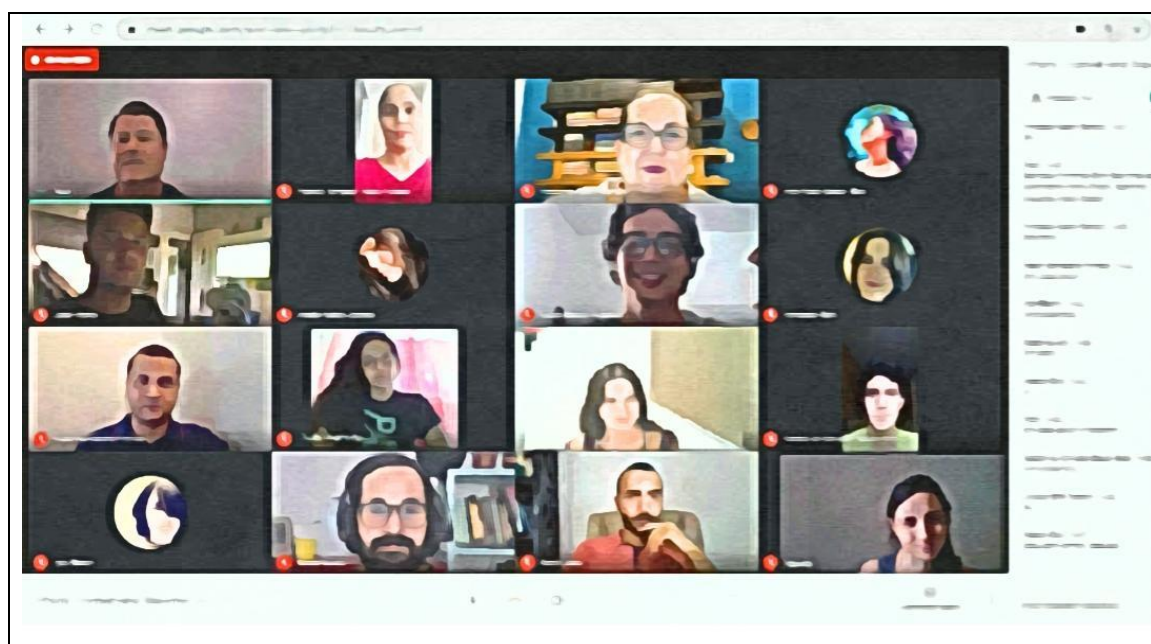
Figura nº 2 – Apresentação dos objetivos da Oficina pela pesquisadora



Fonte: pesquisadora, 2020

A imagem a seguir mostra um dos momentos síncronos da Oficina no Google Meet.

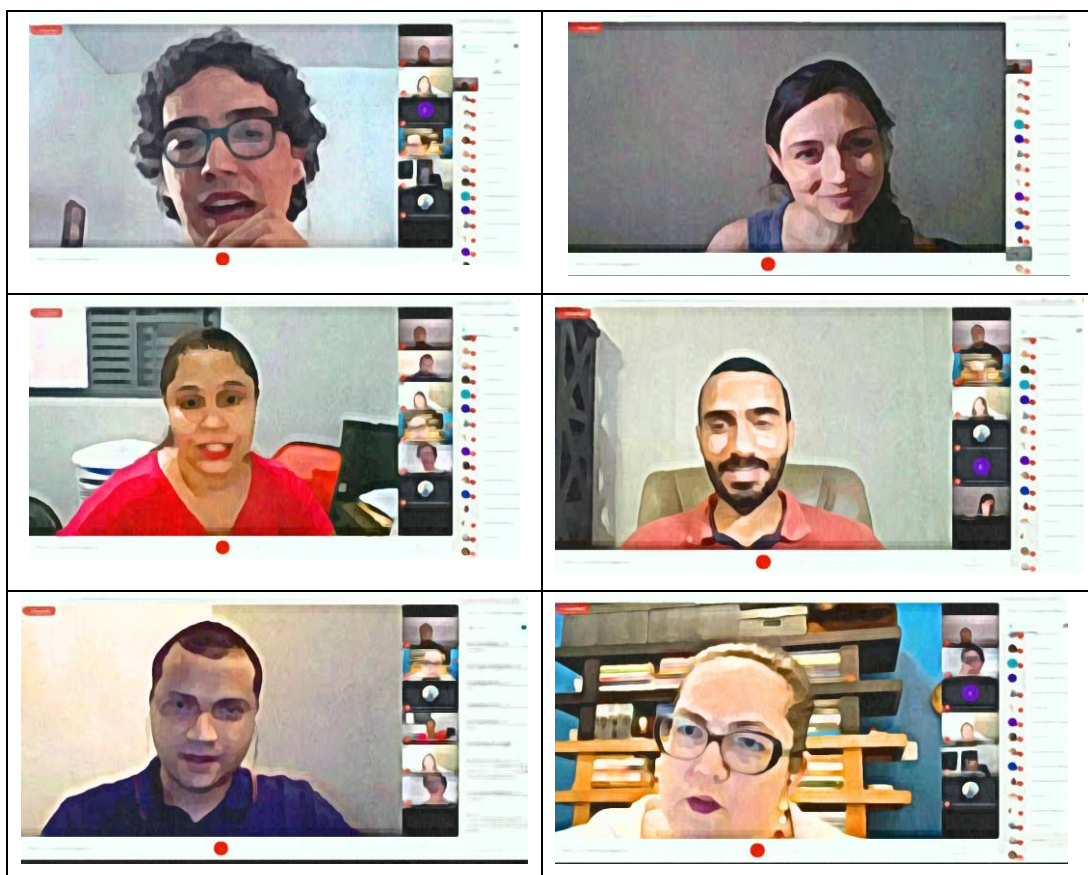
Figura nº 3 – Participantes da Oficina Pedagógica



Fonte: pesquisadora, 2020

Na sequência das atividades, os ministrantes convidados conduziram o diálogo com os participantes da oficina sobre os temas elencados na Programação.

Figura nº 4 – Imagens dos Convidados da Oficina Pedagógica



Fonte: dados da pesquisa, 2020

O Ministrante 1 iniciou a sua parte na Oficina com uma citação de João Ubaldo Ribeiro:

A presença da Política em nossa existência desafia qualquer tentativa de enumeração. Porque tudo pode – e deve, a depender do caso – ser visto de um ponto de vista político. É impossível que fuçamos da Política. É possível, obviamente, que desliguemos a televisão se nos aparecer algum político dizendo algo que não estamos interessados em ouvir. Isto, porém, não nos torna “apolíticos”, como tanta gente gosta de falar. Torna-nos, sim, indiferentes e, em última análise, ajuda a que o homem que está na televisão consiga o que quer, já que não nos opomos a ele. O problema é que, por ignorância ou apatia, às vezes pensamos que estamos sendo indiferentes, mas na verdade estamos fazendo o que nos convém. (RIBEIRO, 1998, p. 4).

Ao citar esse fragmento do texto de João Ubaldo Ribeiro para iniciar a sua fala no espaço cedido a ele na atividade síncrona da Oficina, o Ministrante 1 ilustrou o posicionamento que fez questão de defender em sua fala, mostrando aos participantes que as ações nos conselhos são ações políticas, ressaltando que não

se pode confundir a concepção de democracia com o mero processo de votação ou de legitimação da vontade dos gestores. E para debater sobre a estrutura da Instituição, esclareceu que os diversos setores e departamentos do IFG, devido ao seu dimensionamento, tratam de assuntos específicos, diferentemente de uma simples “secretaria escolar”, como no quesito referente ao tripé ensino-pesquisa-extensão. Nesse sentido, o Ministrante demonstrou a equivalência entre a estrutura “micro” do câmpus e a estrutura “macro” da Reitoria.

Para tratar dos documentos basilares da Instituição, a Ministrante 2 ressaltou a importância de se analisar minuciosamente cada parte das minutas de documentos que estão sendo debatidos no âmbito dos conselhos, pois cada palavra faz diferença na execução das normativas. Nesse momento, debateu-se também sobre a hierarquia desses documentos, como o Estatuto sendo o documento máximo, seguido do Regimento Geral.

A Ministrante 3 debateu com os participantes sobre a diferença de finalidades e de funcionamento de cada conselho nos câmpus do IFG, o Conselho Departamental e Conselho de Câmpus. Mostrou a dinâmica de cada conselho, esclarecendo a importância da ligação que existe entre eles. Esclareceu que muitos assuntos precisam passar por diversas instâncias, então, dessa forma, pareceres e atas de um conselho serão levados a outro conselho de hierarquia superior.

O Ministrante 4 explicou a diferença entre os dois maiores conselhos da Instituição, o Conepex e o Consup, e ressaltou a importância de o conselheiro preparar-se para cada reunião, para chegar com as propostas qualificadas, sendo capaz de debater, com conhecimento da lei que embasa cada assunto, para participar efetivamente e com qualidade. Ressaltou que o IFG possui cinco vagas para estudantes no Consup além de uma vaga para representante do Diretório Central de Estudantes (DCE) e que, comparativamente como outros institutos, essa é uma representação bastante significativa.

O Ministrante 5 (Estudante 4) ressaltou que sua participação como representante discente no Consup foi especialmente importante por ter acontecido o período de implantação de novos câmpus. Demonstrou que sentiu necessidade de que o departamento de áreas acadêmicas promovesse um tratamento alternativo em relação às aulas e à frequência, para viabilizar a participação dos alunos. O Ministrante demonstrou que percebia a falta de consciência política

estudantil e afirmou que é preciso provocar isso nos alunos – “é importante criar uma atmosfera para esse debate, inclusive em sala de aula; é preciso debater o câmpus, promover conferências gerais com a comunidade”.

A Ministrante 6 esclareceu que sua participação a fez enxergar a Instituição como um organismo, que não é feita pela vontade de uma pessoa só. Ressaltou mais uma vez a questão de ter um olhar minucioso sobre os documentos, pois muitos chegam em “caráter emergencial” para serem aprovados, principalmente no contexto de expansão aligeirada da Rede Federal.

Como último do momento síncrono da atividade no Google Meet, os coordenadores da Oficina abriram espaço para perguntas dos participantes aos ministrantes convidados, com troca de experiências e também de impressões acerca dos temas levantados durante a tarde. Essa etapa proporcionou o compartilhamento de conhecimentos e experiências dos participantes da Oficina.

Diversos depoimentos e troca de experiências chamaram a atenção dos estudantes participantes da Oficina, que aproveitaram para expressar como lidam com a condição de conselheiros e também para relatar a situação em seus câmpus, em especial os recém-implantados, que enfrentaram e ainda enfrentam precariedade em sua estrutura. Destacou-se a vontade dos estudantes de lutarem por melhorias estruturais em todos os câmpus, a importância dos movimentos estudantis e a necessidade de mais interação com os conselhos.

Após a realização da Oficina, foi enviado um formulário de avaliação para os participantes e ministrantes, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para ser assinado.

3. AVALIAÇÃO DA OFICINA PEDAGÓGICA: PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES

Após a realização da Oficina, enviamos um formulário de avaliação para os estudantes participantes. Nessa avaliação, os estudantes responderam, de forma voluntária e anônima, sobre sua relação com os documentos normativos e sobre a compreensão a respeito de cada conselho, sobre a percepção após a Oficina. As respostas demonstraram que os estudantes não encontravam dificuldades em lidar com os documentos institucionais, mas que não tinham clara concepção sobre o papel de cada conselho, o que deve ser levado em consideração na próxima execução da Oficina.

Em resposta à avaliação, os estudantes participantes da Oficina alegaram também que o debate com os ministrantes trouxe um pouco de alívio por verem que os outros conselheiros, inclusive representantes das categorias dos servidores, também passam e passaram por desconforto e intimidação ao participarem das reuniões. Todos os respondentes afirmaram que, desde que ingressaram como estudantes no IFG, nunca haviam participado de alguma aula, oficina, debate, palestra, etc., que abordasse temas semelhantes aos tratados nessa Oficina. Os respondentes consideram que essa atividade deve continuar sendo executada com os futuros conselheiros discentes, e que a participação de estudantes em oficinas (ou outras atividades semelhantes) de formação sobre a estrutura e o funcionamento do IFG podem incentivar bastante a prática de representação do segmento estudantil em conselhos da Instituição.

Sobre sua experiência na Oficina, alguns participantes emitiram os seguintes comentários:

“Acho que as oficinas devem acontecer para alunos que tem interesse em ingressar no conselho, não pra quem já está. Muitas pessoas têm interesse, mas não se candidatam porque não sabem como funciona.”

“Uma boa experiência, onde foi reforçada e incentivado a necessidade de ter representantes de todos os segmentos em todos os conselhos. E que isso seja cada vez mais familiar entre os estudantes, pois é sempre escassa a participação dos mesmos.”

Após participar da Oficina, os ministrantes também responderam, anonimamente, a um formulário de avaliação. Afirmaram que também adquiriram conhecimentos novos e relevantes sobre os conselhos do IFG, portanto, a aprendizagem foi construída bilateralmente, como demonstram alguns destes relatos:

“Foi muito interessante porque ficou perceptível que as angústias e inquietações relatadas por alguns são compartilhadas por todos. [...] Acho que o que muda em relação à minha perspectiva sobre os conselhos é da necessidade de que os conselheiros que representam as categorias se articulem cada vez mais para a construção de uma instituição melhor. [...] A formação política, portanto, permite compreender melhor essas relações e estabelecer na Instituição a prática do diálogo e construção democrática.”

“É preciso reconhecer que o ambiente dos conselhos é intimidador e, por essa razão, é preciso uma formação política para os conselheiros, para que possam exercer seu mandato de maneira livre e efetiva.”

“Enquanto servidor, nunca foi me oferecido nada dessa natureza. [...] Às vezes eu penso que falta isso. Seria importante que tivéssemos espaço para discussões e uma formação, para que nossas representações nesses espaços fossem também efetivas.”

“A pesquisa e o projeto são muito importantes para a consolidação dos conselhos no IFG de uma maneira realmente democrática. A existência dos conselhos é apenas o primeiro passo.”

“Com certeza eu saí de lá com algumas inquietações e reflexões que refletirão na organização do meu trabalho e na minha concepção acerca da Instituição.”

“Apoio a iniciativa desse tipo de oficina que poderá auxiliar os conselheiros em uma melhor atuação nos conselhos, trazendo conhecimentos valiosos que se levaria algum tempo para obtê-los.”

Esses depoimentos demonstram que os ministrantes perceberam que atividades formativas como a Oficina são necessárias para o preparo dos conselheiros para ocuparem seus espaços de representação com mais consciência. Os ministrantes ainda teceram os seguintes comentários, que devem ser considerados na realização da próxima Oficina:

“A importância de se preparar para as reuniões dos conselhos poderia ter tido mais espaço.”

“Reconheço que em decorrência do isolamento social, a oficina realizada de maneira virtual acabou por ser prejudicada, diante da impossibilidade de realização de dinâmicas e atividades práticas que poderiam colaborar para a melhor apreensão da temática trabalhada e proporcionar um aprofundamento no debate. Acaba que o ambiente virtual não é muito facilitador dessas ações.”

“Poderíamos aprofundar sobre a difícil tarefa da representação na prática.”

“Gostaria de ressaltar que muito além de instruções, os alunos precisam de incentivo. Os servidores (docentes e técnicos administrativos) devem colaborar para manter a ‘chama acessa’ da comunidade discente. A Instituição deve tirar proveito de toda essa vitalidade, e o discente deve amadurecer dentro da Instituição.”

“Penso que é necessário desenvolver esta atividade em um tempo maior para que os ministrantes desenvolvam de forma mais detalhada as temáticas. Além disso, penso que é importante agregar estudantes que também sejam ministrantes da oficina.”

“Como se adotou o formato de oficina, poderia ser simulado um ambiente de reunião para se trabalhar alguns aspectos do processo de participação nas reuniões.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da Oficina de maneira remota possibilitou o debate sobre a real vivência dos conselheiros de vários segmentos em seu papel de representante de cada categoria. Os relatos de experiências dos ministrantes mostraram que os representantes dos servidores docentes e técnico-administrativos, assim como relatado pelos estudantes egressos entrevistados, sentem-se intimidados e constrangidos nos momentos de tomadas de fala, nas situações de discussão durante as reuniões dos conselhos, sobretudo, do Conselho Superior. Especificamente no Consup, os representantes das categorias se sentem minoria, pois há vários representantes externos e apoiadores da gestão. Além disso, alegaram que há corporativismo e que os representantes externos à Instituição votam com a gestão – seja porque não tiveram tempo de ler os documentos, seja porque não querem contrariar a gestão. Esse fato nos alude ao jogo de poder explícito nesse espaço. Os participantes e ministrantes da Oficina concluíram que a ocupação desse espaço é extremamente necessária e requer coragem. E esse espaço que foi duramente conquistado, apesar de intimidador, deve ser usado e ocupado com consciência e responsabilidade.

Outro assunto abordado por parte dos ministrantes durante o debate foi o fato de que no espaço do Conselho aprenderam muito sobre o funcionamento da Instituição, e sobre como argumentar e convencer o outro, sobre negociação, aproximação com os outros conselheiros. Debateu-se ainda sobre como é trabalhoso ler e entender todos os documentos pautados em cada reunião do Consup.

“Democracia é um processo trabalhoso”, afirmou um dos ministrantes da Oficina Pedagógica. Assim, durante a realização da Oficina, os participantes e ministrantes concluíram que a existência dos conselhos é a primeira parte no processo democrático, pois ela não garante a democracia em si. A Instituição deve viabilizar a participação efetiva de todos os segmentos, para além da sua existência para mero cumprimento da lei.

A existência e o funcionamento de instâncias colegiadas de representação são uma conquista dos diversos segmentos que integram a instituição, no seu

processo de desenvolvimento. Dessa forma, o funcionamento de um conselho como instância consultiva e deliberativa é uma soma de experiências e conhecimentos dos seus representantes.

Assim, concluímos que a participação faz parte do processo de formação integral, de conhecimento e de aprendizagem, que se dá para além dos currículos dos cursos que ela oferta nos diferentes níveis e modalidades. Portanto, conhecer a Instituição e participar das suas diversas instâncias de representação faz parte do processo de formação dos estudantes, e esta proposta de Oficina Pedagógica pode contribuir com esse desenvolvimento político e social estudantil, e com o fortalecimento da democracia no IFG.

REFERÊNCIAS

CANDAU. V. M. Educação em Direitos Humanos: uma proposta de trabalho. Oficinas Aprendendo e ensinando Direitos Humanos. **Rede Nacional de Direitos Humanos. Cartilhas**. Novameria: PUC-Rio, 1999. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/candau_edh_proposta_trabalho.pdf. Acesso em 30 jan. 2020.

FIGUEIRÊDO, M. A. C. et al. Metodologia de Oficina Pedagógica: uma experiência de extensão com crianças e adolescentes. **Revista Eletrônica Extensão Cidadã**, João Pessoa v. 2, p. 1-12, 2006. Disponível em http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Gb_mxEMohxsJ:www.prac.ufpb.br/anais/sempe/vsempeanais/Anais/Educacao/oficina.rtf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d. Acesso em 12 fev. 2020.

LÜCK. Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola**. Série Cadernos de Gestão. 9 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

PAVIANI, N. M. S.; FONTANA, N. M. Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência. In: **Conjectura: Filosofia e Educação**, v. 14, n. 2, maio/ago. 2009, p. 77-88. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/16/15>. Acesso em 11 dez. 2020.

RIBEIRO. J. U. **Política: Quem manda, por que manda, como manda**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.